

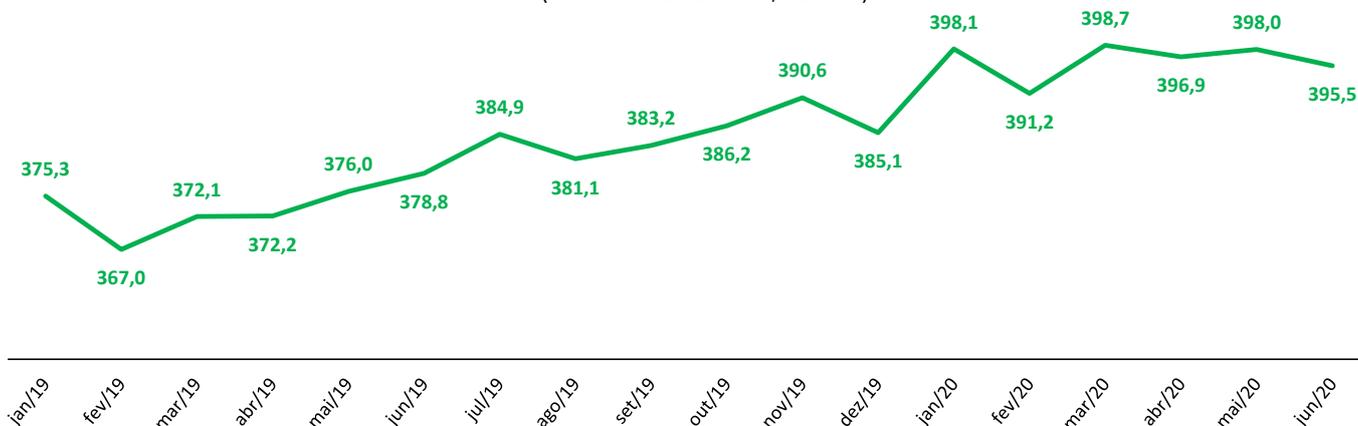
SUMÁRIO EXECUTIVO

Os resultados apresentados demonstram que a despesa previdenciária do RPPS atingiu o montante de R\$ 2,38 bilhões no primeiro semestre de 2020, resultando num crescimento nominal de mais de 6% em comparação ao mesmo período de 2019. Além dos reajustes anuais, a concessão de novos benefícios faz com que a folha de aposentados e pensionistas continue a crescer ano a ano. Porém, com as novas regras de elegibilidade e cálculo de benefícios, aprovadas na reforma previdenciária, espera-se que a velocidade no crescimento da despesa no médio e longo prazo seja reduzida, à medida que o estoque de servidores com direito adquirido for se esgotando. No curto prazo, a redução da faixa de isenção da contribuição previdenciária dos aposentados e pensionistas para o valor do salário mínimo, ocorrida na competência de abril de 2020 fez com que a receita do RPPS no primeiro semestre de 2020 atingisse o valor total de R\$ 1,13 bilhão, representando um aumento nominal de mais de 5% em comparação ao mesmo período de 2019. O aumento no volume da contribuição dos beneficiários reduziu a participação do Tesouro Estadual na cobertura do déficit previdenciário do RPPS em aproximadamente R\$ 27 milhões ao mês a partir do mês de abril de 2020.

DESPESA PREVIDENCIÁRIA

Despesa do RPPS de janeiro de 2019 a junho de 2020

(valores correntes em R\$ milhões)



A despesa mensal com o pagamento de benefícios de aposentadoria e pensão do RPPS passou de R\$ 375 milhões em janeiro de 2019 para R\$ 395 milhões em junho de 2020. A aprovação da reforma da previdência, em dezembro de 2019, modificou as regras de elegibilidade e cálculo de benefícios de aposentadoria para os servidores que ainda não haviam cumprido todos os requisitos para se aposentar. Portanto, à medida que o estoque de servidores ativos com direito adquirido em relação à reforma previdenciária for se esgotando, a despesa do RPPS crescerá de forma mais lenta, tendo em vista o maior tempo de contribuição exigido e as novas regras de cálculo de benefício.

Despesa Previdenciária - 1º semestre

(valores correntes em R\$ bilhões)

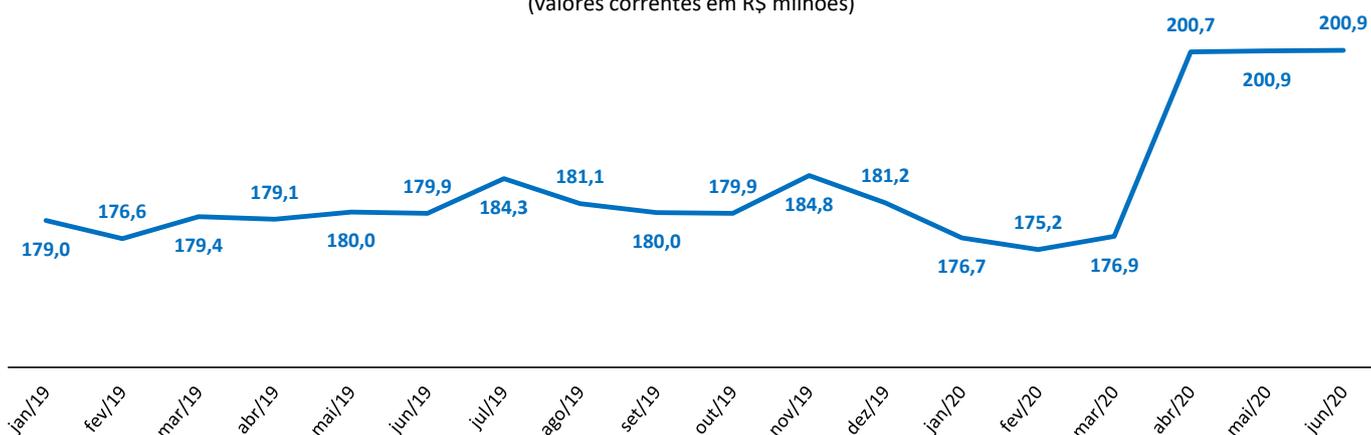


A despesa com pagamento de benefícios do RPPS atingiu o valor de R\$ 2,38 bilhões no primeiro semestre de 2020, representando um aumento nominal de 6,11% quando comparado ao mesmo período de 2019.

RECEITA PREVIDENCIÁRIA

Receita do RPPS de janeiro de 2019 a junho de 2020

(valores correntes em R\$ milhões)



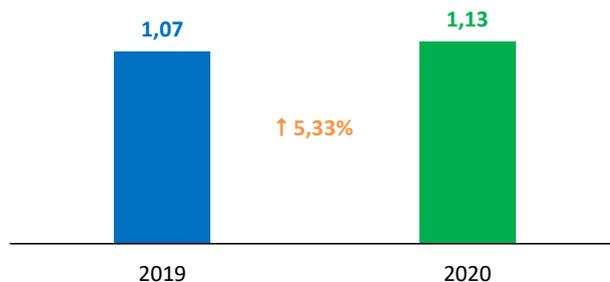
A receita mensal de contribuições para o RPPS passou de R\$ 179 milhões em janeiro de 2019 para R\$ 201 milhões em junho de 2020. A aprovação da reforma da previdência, em dezembro de 2019, ampliou a base de contribuição dos aposentados e pensionistas para o valor do benefício que excede a um salário mínimo na ocorrência de déficit atuarial no regime. Antes da reforma previdenciária, os beneficiários contribuía apenas sobre a parte do benefício que excedia ao valor do teto de benefícios do Regime Geral de Previdência Social (RGPS). Portanto, a partir de abril de 2020, competência da operacionalização da ampliação da base de contribuição, a receita previdenciária do RPPS subiu para mais de R\$ 200 milhões mensais, reduzindo a participação do Tesouro na cobertura do déficit previdenciário em aproximadamente R\$ 27 milhões por mês.

A reforma da previdência aumentou a receita previdenciária em aproximadamente R\$ 27 milhões por mês a partir de abril de 2020.

No primeiro semestre de 2020 as contribuições previdenciárias atingiram a ordem de R\$ 1,13 bilhão, representando um aumento nominal de 5,33% em relação ao mesmo período de 2019.

Receita Previdenciária - 1º semestre

(valores correntes em R\$ bilhões)



DÉFICIT PREVIDENCIÁRIO

Déficit do RPPS de janeiro de 2019 a junho de 2020

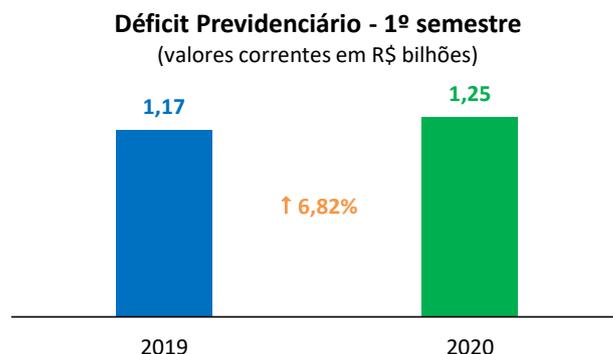
(valores correntes em R\$ milhões)



O déficit previdenciário mensal do RPPS passou de R\$ 196 milhões em janeiro de 2019 para R\$ 195 milhões em junho de 2020. A aprovação da reforma da previdência, em dezembro de 2019, já apresentou reflexos de curto prazo no gasto do Tesouro Estadual com o RPPS, principalmente em decorrência do aumento da receita de contribuição dos beneficiários, ocorrida em abril de 2020. Nos últimos 18 meses o déficit previdenciário chegou a ultrapassar R\$ 220 milhões nos meses de janeiro e março de 2020, reduzindo consideravelmente no mês abril, com o aumento da contribuição dos beneficiários.

O déficit previdenciário do primeiro semestre de 2020 atingiu o valor de R\$ 1,25 bilhões, representando um aumento de 6,82% em relação ao mesmo período de 2019.

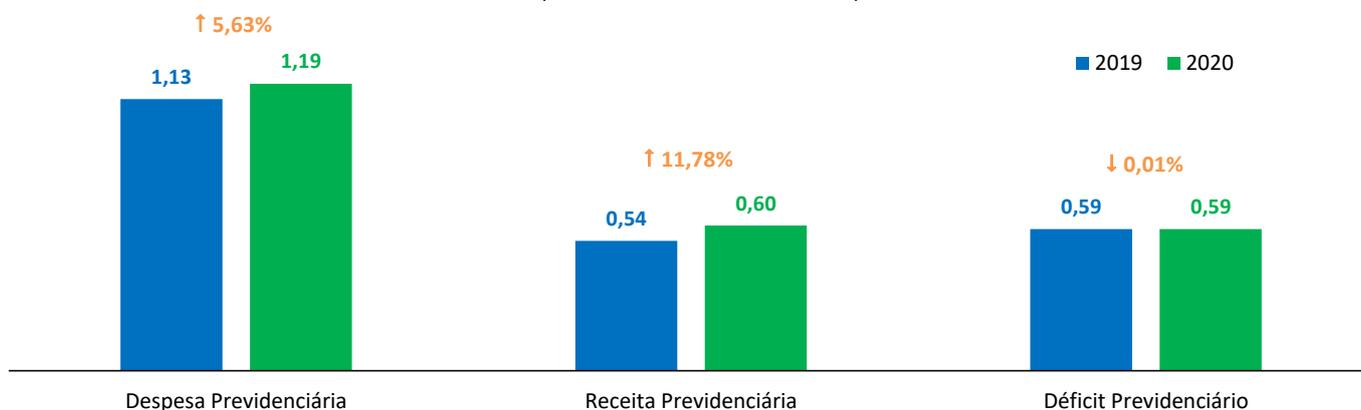
A concessão e o reajuste dos benefícios acarretam no crescimento da despesa com benefícios, desequilibrando ainda mais a razão entre servidores ativos e beneficiários, e resultando no aumento do déficit previdenciário.



EFEITOS DA REFORMA

Resultado previdenciário do RPPS nos segundos trimestres de 2019 e 2020

(valores correntes em R\$ bilhões)

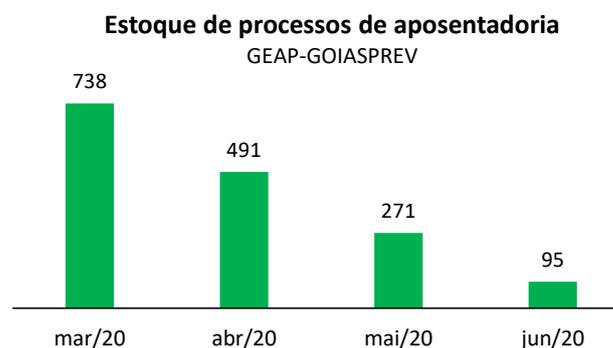


Para destacar os primeiros efeitos da reforma da previdência nas contas financeiras do RPPS, torna-se necessário fazer a análise do segundo trimestre, tendo em vista que o resultado semestral contempla o que aconteceu nos três primeiros meses do ano, que não foram impactados com as mudanças legislativas. Nesse sentido, comparando os resultados do segundo trimestre de 2020 e 2019, destaca-se que a receita do RPPS cresceu 11,78%, enquanto o déficit previdenciário permaneceu estável. Os resultados demonstram que a reforma agiu como um freio para o crescimento do déficit, que havia atingido o seu ápice em março de 2020, quando ultrapassou os R\$ 220 milhões mensais, sendo reduzido fortemente a partir de abril com o aumento da contribuição dos beneficiários. Já a despesa previdenciária, que sofrerá reflexos mais acentuados da reforma previdenciária no médio e longo prazo, apresentou crescimento de 5,63% na comparação entre o segundo trimestre de 2019 e 2020.

INATIVAÇÕES

Ao final do mês de março existiam 738 pedidos de aposentadoria a serem analisados pela Gerência de Análise de Aposentadoria (GEAP) da GOIASPREV.

A organização de uma força-tarefa para agilizar os pedidos de aposentadoria, viabilizada com o auxílio da PGE, da GEAP e da GOIASPREV, apresentou resultados significativos. Ao final de junho o estoque de processos de aposentadoria atingiu patamar inferior a 100 processos.



EXPEDIENTE

O Boletim de Estatísticas Previdenciárias (BEP) é elaborado pela Gerência de Atuária e Dados Previdenciários, com o apoio da Diretoria de Previdência e da Presidência da GOIASPREV, que vem buscando, junto ao Governo Estadual, dar mais transparência e seriedade na gestão previdenciária goiana. As informações apresentadas foram fornecidas pela Assessoria Contábil e pela Gerência de Análise de Aposentadoria (GEAP) da GOIASPREV, tornando possível a produção do BEP - 1º semestre de 2020.

Goiânia, 05 de setembro de 2020.

Fernando Guedes de Campos Júnior - Gerente de Atuária e Dados Previdenciários

Felipe Pureza Cardoso - Assessor de Investimentos e Atuária

Adriana Jesus Silva Batista - Assessora Contábil

Marilda de Fátima Castro Pimentel - Assessora de Comunicação

Cynthia Dayse Rosa Nogueira - Gerente de Análise de Aposentadoria

Milena Guilherme Dias Barcelos - Diretora de Previdência

Gilvan Cândido da Silva - Presidente da Goiás Previdência

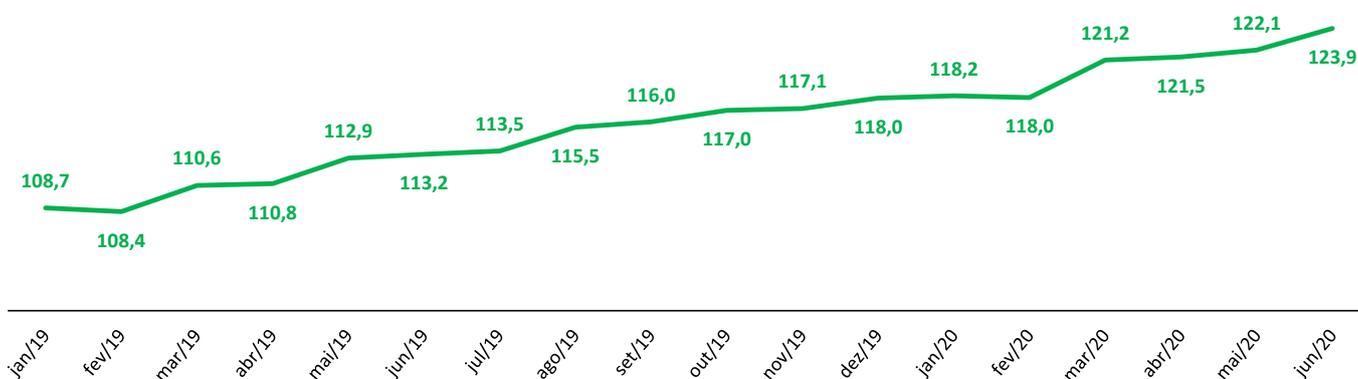
SUMÁRIO EXECUTIVO

Os resultados apresentados demonstram que a despesa previdenciária do SPSM no primeiro semestre de 2020 foi de R\$ 0,72 bilhão, representando um aumento nominal de mais de 9% em comparação ao mesmo período de 2019. Esse crescimento se justifica pelos reajustes anuais e pela concessão de novos benefícios para militares e pensionistas. Ao final da vigência do Decreto estadual nº 9.590/2020, espera-se que a medida que o estoque de militares com direito adquirido em relação às novas regras de elegibilidade e cálculo de benefícios previstas na Lei federal nº 13.954/2019 for diminuindo, a velocidade de crescimento da despesa com pagamento de benefícios será reduzida. A redução imediata da alíquota de contribuição para o SPSM de 14,25% para 9,5% fez com o montante de contribuição dos segurados atingisse o valor total de R\$ 0,14 bilhão no primeiro semestre de 2020, representando uma queda nominal de 14,7% quando comparado ao mesmo período de 2019, mesmo com a ampliação da base de contribuição dos militares inativos e pensionistas. Com uma receita menor de contribuição dos segurados, o custo total do Tesouro Estadual com o SPSM aumentou em aproximadamente 16,81% no primeiro semestre de 2020, se comparado com o mesmo período de 2019. Entretanto, com o aumento da alíquota de contribuição para 10,5% a partir de 2021, esse impacto será mitigado.

DESPESA PREVIDENCIÁRIA

Despesa do SPSM de janeiro de 2019 a junho de 2020

(valores correntes em R\$ milhões)



A despesa mensal com o pagamento de benefícios dos militares inativos e pensionistas do SPSM passou de R\$ 108 milhões em janeiro de 2019 para R\$ 123 milhões em junho de 2020. Com a aprovação da Lei federal nº 13.954/2019, que estabeleceu novas regras de elegibilidade e cálculo de benefícios, espera-se que a despesa com o pagamento de benefícios do SPSM seja impactada a medida que o estoque de militares com direito adquirido em relação à reforma for diminuindo. O Decreto estadual nº 9.590/2020 estendeu o direito adquirido dos militares para o final de 2021, em conformidade com o art. 26 da Lei federal nº 13.954/2019. Portanto, os militares que não tiverem implementado todos os requisitos de transferência para a reserva até o fim da vigência do Decreto, estarão sujeitos às novas regras de elegibilidade e cálculo dos benefícios.

Despesa do SPSM - 1º semestre

(valores correntes em R\$ bilhões)

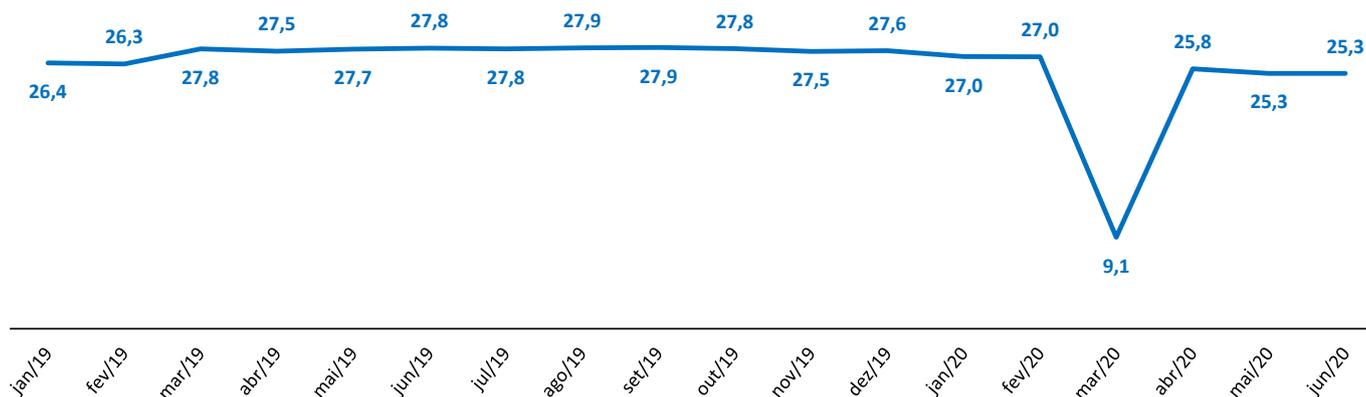


A despesa com o pagamento de benefícios do SPSM foi de R\$ 0,72 bilhão no primeiro semestre de 2020, representando um aumento nominal de 9,06% quando comparado ao mesmo período de 2019.

CONTRIBUIÇÃO DOS SEGURADOS

Contribuição dos segurados do SPSM de janeiro de 2019 a junho de 2020

(valores correntes em R\$ milhões)



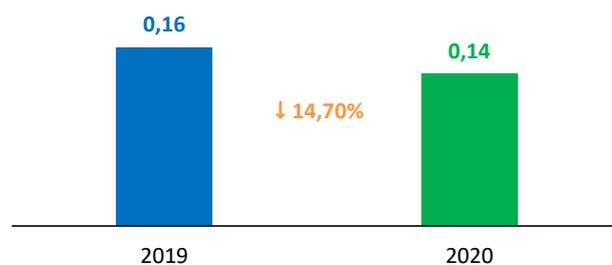
A contribuição dos segurados do SPSM passou de R\$ 26 milhões em janeiro de 2019 para R\$ 25 milhões em janeiro de 2020. A Lei federal nº 13.954/2019 reduziu a alíquota de contribuição dos militares de 14,25% para 9,5% em 2020 e 10,5% a partir de 2021 e ampliou a base de contribuição dos inativos e pensionistas para a totalidade do benefício, que antes era correspondente a parcela do benefício que excedesse ao teto de benefícios do Regime Geral de Previdência Social (RGPS). Tendo em vista que a operacionalização da redução das alíquotas ocorreu em março de 2020, as contribuições pagas a maior em janeiro e fevereiro foram devolvidas, ocasionando uma queda acentuada na receita de segurados do SPSM, que se estabilizou em mais de R\$ 25 milhões a partir de abril, com a operacionalização da ampliação da base de cálculo dos militares inativos e pensionistas.

As novas regras de custeio previstas na Lei federal nº 13.954/2019, reduziram a contribuição média dos segurados do SPSM de R\$ 27 milhões por mês, para R\$ 25 milhões a partir de abril.

No primeiro semestre de 2020, o SPSM arrecadou R\$ 0,14 bilhão com a contribuição dos segurados, representado uma redução nominal de 15,7% em relação ao mesmo período de 2019.

Contribuição dos segurados - 1º semestre

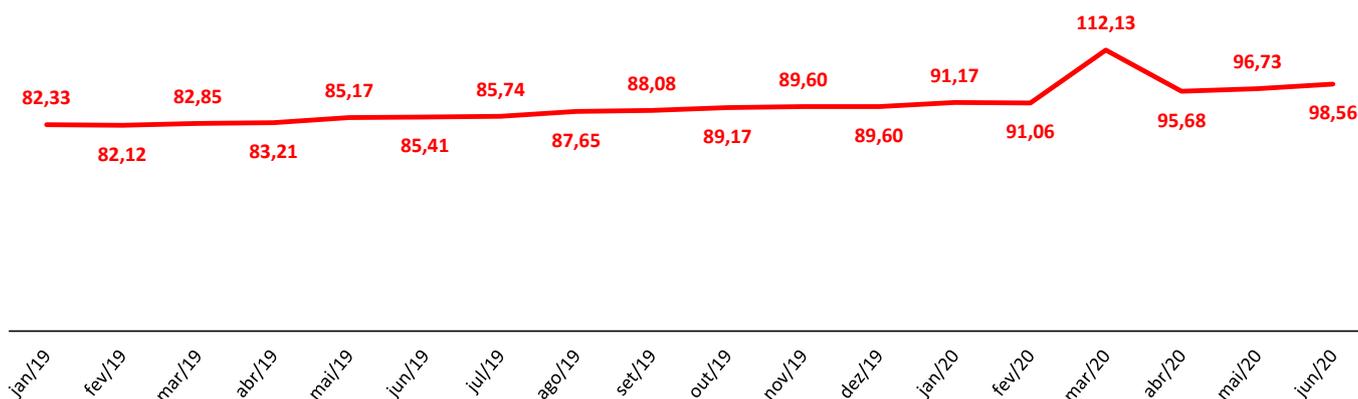
(valores correntes em R\$ bilhões)



NECESSIDADE DE FINANCIAMENTO

Necessidade de financiamento do SPSM de janeiro de 2019 a junho de 2020

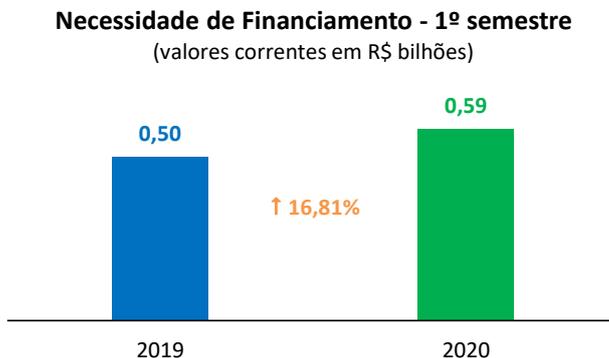
(valores correntes em R\$ milhões)



A necessidade de financiamento, que considera as contribuições patronais realizadas pelo Tesouro Estadual para a contrapartida patronal (extinta em março de 2020 com o novo custeio da Lei federal nº 13.954/2019) e os aportes para a cobertura da insuficiência financeira, passou de R\$ 82 milhões em janeiro de 2019 para R\$ 98 milhões em junho de 2020. Em março de 2020, com a redução da alíquota de contribuição dos militares e a devolução dos valores pagos a mais em janeiro e fevereiro, o Tesouro destinou ao SPSM R\$ 112 milhões para financiamento do SPSM, R\$ 21 milhões a mais do repasse efetuado em fevereiro. Em abril, com a ampliação da base de cálculo dos beneficiários, o aporte do Tesouro ficou em R\$ 95 milhões.

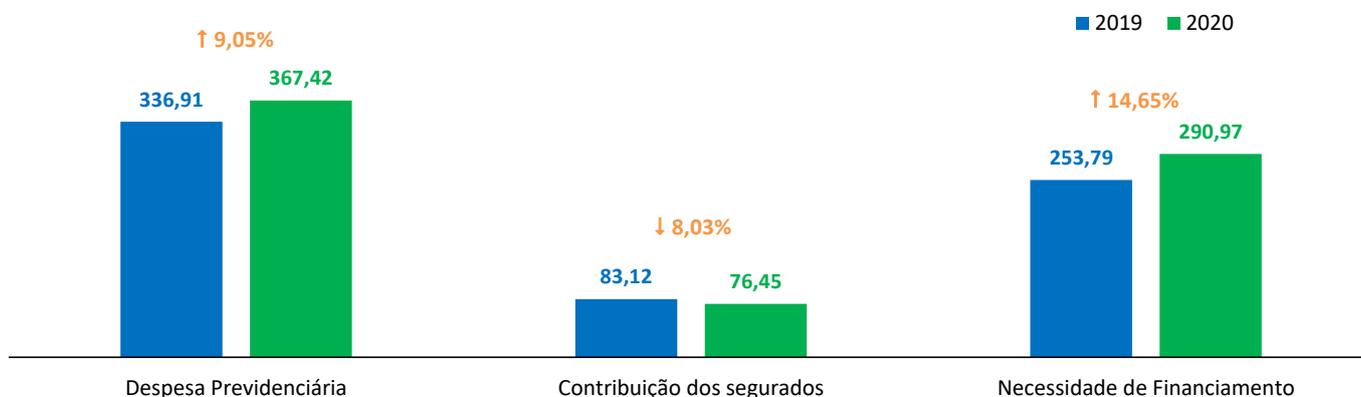
A necessidade de financiamento do primeiro semestre de 2020 atingiu o valor de R\$ 1,25 bilhões, representando um aumento de 16,81% em relação ao mesmo período de 2019.

Com o aumento da alíquota de contribuição do SPSM, de 9,5% para 10,5% a partir de 2021, o impacto negativo na arrecadação será mitigado.



EFEITOS DA REFORMA

Resultado do SPSM nos segundos trimestres de 2019 e 2020
(valores correntes em R\$ bilhões)

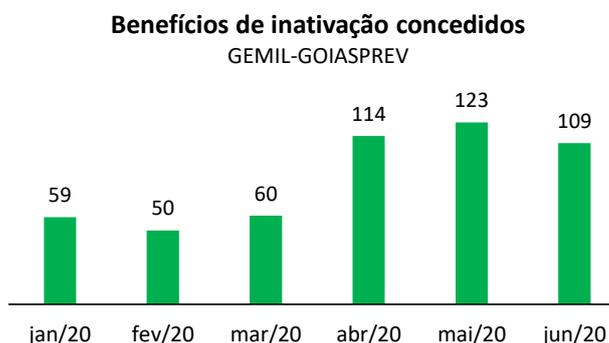


Para destacar os primeiros efeitos da Lei federal nº 13.954/2019 e do Decreto estadual nº 9.590/2020, torna-se necessário fazer a análise do segundo trimestre, já que o resultado semestral considera o que ocorreu em competências que não foram impactadas por todas as mudanças legislativas. Assim, comparando os meses de abril, maio e junho de 2020 e de 2019, percebe-se uma redução de 8,03% na contribuição dos segurados, enquanto a necessidade de financiamento aumentou em 14,65%. Esse efeito se dá pelo aumento de 9,5% na despesa, com o reajuste a concessão de novos benefícios, e aprovação da Lei federal nº 13.954/2019, que reduziu as alíquotas de contribuição de 14,25% para 9,5% em 2020 e 10,5% a partir de 2021. A partir de 2020, ao final da vigência do Decreto estadual nº 9.590/2020, espera-se uma redução na velocidade do crescimento da despesa com o pagamento de benefícios do SPSM, em virtude das novas regras de elegibilidade e cálculo de benefícios previstas na Lei federal nº 13.954/2019.

INATIVAÇÕES

No primeiro semestre de 2020, a Gerência de Benefícios Militares (GEMIL) da GOIASPREV concedeu 515 benefícios de inativação para policiais e bombeiros militares.

Em média, foram concedidas 86 inativações por mês, sendo que mais da metade delas forma analisadas no segundo trimestre.



EXPEDIENTE

O Boletim de Estatísticas Previdenciárias (BEP) é elaborado pela Gerência de Atuária e Dados Previdenciários, com o apoio da Diretoria de Militares e Relacionamento com o Segurado e da Presidência da GOIASPREV, que vem buscando, junto ao Governo Estadual, dar maior transparência e seriedade na gestão previdenciária goiana. As informações apresentadas foram fornecidas pela Assessoria Contábil e pela Gerência de Benefícios Militares (GEMIL) da GOIASPREV, tornando possível a produção do BEP - 1º semestre de 2020.

Goiânia, 05 de setembro de 2020.

Fernando Guedes de Campos Júnior - Gerente de Atuária e Dados Previdenciários

Felipe Pureza Cardoso - Assessor de Investimentos e Atuária

Adriana Jesus Silva Batista - Assessora Contábil

Marilda de Fátima Castro Pimentel - Assessora de Comunicação

Geovani Junqueira Souza - Gerente de Benefícios Militares

Ten. Cel. José Lemos da Silva Filho - Diretor de Militares e Relacionamento com o Segurado

Gilvan Cândido da Silva - Presidente da Goiás Previdência